

Apoio do comércio

Newton Araújo Jr.

Da equipe do **Correio**

"Parece que enfim o Iphan decidiu abdicar de sua posição imperialista adotada da perspectiva da prancheta", disse o presidente da Associação Comercial do DF, Carlos Magno de Melo, a respeito das novas posições que podem ser adotadas no que se refere à "expansão e não invasão" dos comércios locais nas áreas públicas.

Ele está há 17 anos na Associação Comercial e lembra que se discute essa pendência há pelo menos 12 anos. Há três meses, em uma reunião na Associação Comercial, a arquiteta Ivelise Longhi, secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, aceitou coordenar as negociações com o Iphan. Negociações que resultaram no posicionamento do ministro Francisco Weffort, que parece ter dobrado os técnicos do Iphan.

"O Iphan nunca quis enxergar a situação real e preferia se apegar ao preciosismo no que se refere ao tombamento", critica César Gonçalves, presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares (Sindhobar).

"As ocupações de áreas públicas pelos comércios são uma situação consolidada desde antes do decreto de tombamento da cidade", ressalta César.

Pelos cálculos das duas instituições, há pelo menos mil estabelecimentos comerciais ocupando áreas públicas no DF. "Mais de 80% das ocupações são de aproximadamente 6 metros, tamanho que seria ideal na hora de definição dessa situação", acrescenta César.

Há três propostas para resolver essa situação. O Iphan estaria que os comércios locais ocupassem apenas 3 metros de área pública. O Ministério Público sugeriu 4 metros de ocupação. Por seu lado, os comerciantes referem os 6 metros que, segundo eles, já é uma realidade. Eles esperam também que essa ocupação seja em caráter definitivo.

A Associação Comercial acredita que a melhor forma de cessar o poder público pela ocupação das áreas seria o pagamento de uma taxa de ocupação anual.

**COLABOROU LUÍS OSWALDO
GROSSMAN**